

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

# Edital - SRP Pregão menor preço caderneta 7/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	GRACIENE DE OLIVEIRA SOUSA	26/06/2026 10:42 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	282/2026	25000.214559/2025-11

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90282/2026

(Processo Administrativo nº 25000.214559/2025-11)

**CONTRATANTE (UASG):** (250110)

**OBJETO:** Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** sigiloso.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 13/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** Menor preço

**Modo de disputa:** Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:** Não

Torna-se público que o e o **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, por meio da **COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma

**ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. No item **1** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de

5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.13. pessoas físicas.

3.7.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.15. O impedimento de que trata o item 3.7.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7.16. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7.17. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.18. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7.19. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.20. A vedação de que trata o item 3.7.14 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA/HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

### 6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos de real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação;

7.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e



8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.6.7. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de e 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de e 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência /Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025 11 de 14

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021. 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de solicitação via e-mail [dipli@saude.gov.br](mailto:dipli@saude.gov.br).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Edital – Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025 12 de 14

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025 13 de 14

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.



14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [dipli@saude.gov.br](mailto:dipli@saude.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025 14 de 14

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência nº 10/2026;
- 16.11.2. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar 4/2026;
- 16.11.3. Apêndice II - Planilha de Distribuição;
- 16.11.4. Apêndice III - Modelo Planilha de Custo;
- 16.11.5. Apêndice IV - Instrumento de Medição de Resultado – IMR;
- 16.11.6. Apêndice V - Modelo Proposta de Preços;
- 16.11.7. Apêndice VI - Modelo Ordem de Serviço;
- 16.11.8. Apêndice VII - Consulta IRP;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA**

Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos



*Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 10:42:50.*

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO	25/06/2026 10:45 (v 0.12)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25000.214559/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25000.214559/2025-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Órgão Gerenciador:								
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Formato Aberto: 296 × 210 mm + cálculo de lombada  Formato Fechado: 148 × 210 mm  Cores: 4/4  Papel: Cartão Supremo 300 g/m2  Acabamento: BOPP FOSCO  MIOLO  Número de	10049	UNDIDADE	2.500.000	6.500.000	13.261.450	R\$	Sigiloso

páginas: 128								
Formato Aberto: 296 × 210 mm								
Formato Fechado: 148 × 210 mm								
Cores: 4/4								
Papel: Offset 120g /m2								
ACABAMENTO Lombada quadrada com cola PUR								
A Caderneta deverá possuir certificação florestal válida "FSC" ou "CERFLOR". Selo de certificação deverá ser aplicado no canto superior direito, do verso da contracapa.								

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O (s) serviço (s) objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns) conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução.**

1.5. O serviço é enquadrado como continuado, em razão da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa tratar-se de um documento técnico que contribui significativamente como um instrumento estratégico de qualificação da atenção ofertada à saúde da pessoa idosa, uma vez que visa instrumentalizar a gestão do cuidado, pois além de fornecer informações sobre o autocuidado para os usuários(as), orienta os profissionais de saúde a procederem uma avaliação multidimensional capaz de detectar a condição de fragilidade da pessoa idosa ao abordar suas múltiplas dimensões. A medida está alinhada com as diretrizes e recomendações da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, instituída pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 2 de 28 de setembro de 2017 em seu Anexo XI (Portaria de Origem GM/MS Nº 2.528, de 19 de outubro de 2006). Conforme determina a política, a caderneta tem como propósito aprimorar a qualidade técnica da atenção à saúde da pessoa idosa por meio de uma avaliação multidimensional pautada no conhecimento do processo de envelhecimento e de suas peculiaridades, bem como possibilitar que instrumentos gerenciais baseados em levantamentos de dados sobre a capacidade funcional e sociofamiliares da pessoa idosa sejam implementados pelos gestores municipais e estaduais do SUS.

### **Prazo de vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000037/2026.

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025;

III) Id do item no PCA: 1182;

IV) Classe/Grupo: 891;

V) Identificador da Futura Contratação: 250110-282/2026.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste **Termo de Referência**.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Lei nº 12.305/2010 (PNRS), no Decreto nº 10.936/2022, no Decreto nº 7.746/2012 e nas NBR/ABNT aplicáveis. Esta contratação observa, ainda, o PLS/PDLS do Ministério da Saúde – ciclo 2024–2026.

4.1.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços gráficos e de distribuição, quando aplicável, observadas as normas de saúde e segurança do trabalho.

4.1.2. Adotar medidas de uso eficiente de água e energia no parque gráfico, nos termos do art. 4º, III, do Decreto nº 7.746/2012, e em consonância com os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 e com o PLS/PDLS do Ministério da Saúde (ciclo 2024–2026).

4.1.3. Realizar, nos três primeiros meses de execução contratual, programa interno de sensibilização da equipe sobre práticas de redução de consumo de água e energia e gestão de resíduos sólidos; apresentar instrução de trabalho e evidência de realização (lista de presença ou equivalente), quando solicitado pela fiscalização.

4.1.4. Respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando impactos, com uso de tecnologias e materiais ambientalmente adequados, incluindo a separação e destinação adequada de aparas e demais resíduos recicláveis gerados no processo de impressão.

4.1.5. Atender às Normas Brasileiras – NBR/ABNT pertinentes ao manejo e classificação de resíduos e às boas práticas do processo gráfico, bem como às exigências de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.1.6. Obedecer às normas específicas vigentes para a destinação final e logística reversa de insumos utilizados no processo (por exemplo, toner, cartuchos e embalagens), apresentando comprovantes quando solicitado.

4.1.7. Observar as disposições contidas na Lei nº 12.305/2010 (PNRS), em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (arts. 31 a 33), comprometendo-se a aplicá-las no âmbito deste contrato.

4.1.8 Quando houver utilização de pilhas e baterias associadas a equipamentos empregados na execução, prever a destinação ambientalmente adequada, nos termos da Resolução CONAMA nº 401/2008 e alterações.

4.1.9. Observar as disposições contidas no Decreto nº 10.936/2022, na IN/SLTI/MP nº 1/2010 (como referência histórica) e no Decreto nº 7.746/2012, no que couber ao objeto.

4.1.10. Observar os normativos federais, distritais e municipais aplicáveis ao objeto, bem como as orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.1.11. Utilizar, na execução do objeto, papel com certificação de manejo florestal sustentável (FSC, PEFC, CERFLOR ou equivalente), devendo ser assegurada a rastreabilidade dos insumos ao longo da cadeia produtiva, com possibilidade de acompanhamento desde a floresta de origem até o produto final, de modo a garantir a integridade e a confiabilidade das informações relativas à sua procedência.

4.2. Considerando o papel do Ministério da Saúde na promoção, prevenção e assistência à saúde, e o alinhamento ao PLS/PDLS – ciclo 2024–2026, a contratação deverá racionalizar gastos e utilizar os recursos naturais de forma consciente. As tiragens serão dimensionadas por demanda, evitando excessos e reimpressões, e o conteúdo contará com versão digital oficial disponibilizada pelo órgão, em alinhamento à diretriz de redução de impressões do PLS.

4.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS/PDLS) do Ministério da Saúde está alinhado com diversas legislações e documentos estratégicos, visando promover a integração da sustentabilidade nas atividades do órgão e o cumprimento de objetivos relacionados à saúde e ao meio ambiente. As condições ambientais aqui definidas decorrem de pesquisa de mercado e estudo do processo produtivo (Eixo 4 do PLS), visando selecionar opções de menor impacto aplicáveis ao objeto.

4.4. Alguns dos principais pontos de alinhamento com as normas ambientais são:

4.4.1. Lei nº 6.938/1981 (PNMA), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e traz diretrizes e instrumentos para preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental (equilíbrio ecológico, racionalização, planejamento e fiscalização do uso dos recursos, proteção dos ecossistemas, controle de atividades potencialmente poluidoras);

4.4.2. Lei nº 12.305/2010 (PNRS), que estabelece instrumentos e diretrizes para gestão de resíduos sólidos, com ênfase na transparência e na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

### **Subcontratação**

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nas seguintes condições.

4.5.1. Serviço de distribuição das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa.

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.6.1. Serviço de impressão das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa.

4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.9. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Garantia da Contratação**

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n.º 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração.

4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.22.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **Margem de Preferência**



4.28. O objeto da contratação não se enquadra a margem de preferência para produtos manufaturados nacionais, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI n.º 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS, por tratar-se de ausência da Nomenclatura Brasileira de Serviço (NBS) nos CATSER do item a ser licitado, s.m.j., entende-se pela inviabilidade técnica de aplicação da margem de preferência.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A Contratante encaminhará para a Contratada o arquivo digital da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, no formato PDF, em até 7 (sete) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

5.1.2.1.1. O arquivo digital da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, no formato PDF, se necessário, poderá ser atualizado quando da emissão de nova Ordem de Serviço e/ou renovação contratual.

5.1.2.2. A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento do arquivo digital, para apresentar as três provas de pré-impressão (boneca) do material, observando-se, que:

5.1.2.2.1. A Contratada deverá apresentar quantas provas de pré-impressão digitais e impressas (boneca) forem necessárias à correção do material até a aprovação final; e

5.1.2.2.2. A Contratada deverá providenciar o envio e/ou entrega das provas de pré-impressão (boneca) para serem analisadas pela Contratante e, também, a coleta e /ou envio das provas de pré-impressão (boneca) aprovadas, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.1.2.2.3. Em caso de alteração do arquivo digital da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa o procedimento deverá ser repetido, sem ônus à Contratante.

5.1.2.3. A Contratante enviará o resultado da aprovação das três provas de pré-impressão (boneca) da Caderneta, via Ofício à Contratada, e, somente após essa validação, deverá ser considerado autorizado a impressão da prova de máquina.

5.1.2.4. A Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias, a contar da aprovação das provas de pré-impressão (boneca), para apresentar três provas de máquina do material, da Caderneta em sua qualidade final de distribuição.

5.1.2.5. A aceitação da prova de máquina com o ateste da Contratante, no referido material, se dará da seguinte forma:

5.1.2.5.1. Estando a prova de máquina compatível com as especificações do material, estabelecidos neste Instrumento, a Contratante procederá à assinatura “imprima-se o serviço” na prova de máquina, autorizando o início da execução do serviço.

5.1.2.5.2. O início da execução da impressão será formalizado via ofício pela Contratante.

5.1.2.5.3. A Contratada deverá apresentar quantas provas de máquina forem necessárias à correção do material até a autorização final pela Contratante.

5.1.2.5.4. A Contratada deverá providenciar o envio e/ou entrega da prova de máquina para ser analisada pela Contratante, bem como a coleta e/ou envio da prova de máquina aprovada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.1.2.5.5. A impressão da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa somente será iniciada após a validação da prova de máquina e autorização da Contratante.

5.1.2.5.6. O procedimento se repetirá a cada Ordem de Serviço.

5.1.2.6. A Contratante poderá, a qualquer tempo, após o “imprima-se o serviço” e durante a execução do serviço de impressão, ir ao parque gráfico da empresa e realizar a vistoria do material in loco, selecionando aleatoriamente caixas da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, fazendo a verificação do serviço no sentido da qualidade da impressão e do acabamento, bem como a qualidade da caixa, do padrão da etiqueta e do acondicionamento do material para envio aos destinatários.

5.1.2.7. Após a aprovação da prova de máquina e autorização da impressão pela Contratante, a impressão e distribuição será iniciada, na forma que segue:

5.1.2.7.1. A logística de impressão e distribuição das Cadernetas seguirá um cronograma pactuado junto à Contratante, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

5.1.2.7.2. O início das entregas deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da aprovação da prova de máquina e com o prazo máximo de 3 (três) meses para a conclusão da execução da Ordem de Serviço.

5.1.2.7.3. O procedimento se repetirá a cada Ordem de Serviço.

## 5.2. Cronograma de realização dos serviços:

5.2.1 A logística de impressão e distribuição das Cadernetas seguirá um cronograma pactuado conforme Ordem de Serviço a ser emitida pela Contratante, sendo que o início das entregas deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da aprovação da prova de máquina e com o prazo máximo de 3 (três) meses para finalização do total serviço.

## Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados nos endereços de entrega constantes no Apêndice II - Planilha de Distribuição, deste Termo de Referência.

5.3.1. Mudanças de endereço dos locais de entrega das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa poderão ocorrer e deverão ser informadas à Contratada com até 15 (quinze) dias de antecedência do início da distribuição, exceto em casos de força maior e fortuitos, conforme justificativa do destinatário, o endereço fique impossibilitado de receber a remessa. Nesse último caso, a Contratante, em contato com a Contratada, verificará a opção que não gere custos adicionais à Administração para realizar a entrega da remessa em novo local estipulado pelo destinatário inicial.

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em dias úteis e no horário das 8h às 17h.

## Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

### 5.5.1. Ateste e acompanhamento dos serviços

5.5.1.1. A Contratada deverá repassar à Contratante o código de rastreamento de todos os malotes enviados aos destinatários, contendo as Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa, para acompanhamento do envio e recebimento do objeto pela Contratante.

5.5.1.2. O Ministério da Saúde poderá recusar os serviços com a indicação dos motivos, caso:

5.5.1.2.1. Efetuados em desacordo com a prova de máquina aprovada;

5.5.1.2.2. Não guardem uniformidade com a tiragem dos lotes confeccionados anteriormente;

5.5.1.2.3. Qualquer produto deste serviço que não atenda aos critérios de qualidade determinados acima não poderá ser faturado pela Contratada;

5.5.1.2.4. Qualquer produto deste serviço que não atenda aos critérios de qualidade determinados acima não poderá ser faturado pela Contratada e deverá ser repostado para que ocorra o devido faturamento.

#### 5.5.2. Do recebimento dos serviços por parte dos destinatários:

5.5.2.1. A logística de distribuição das Cadernetas seguirá um cronograma pactuado junto à Contratante, conforme Ordem de Serviço.

5.5.2.2. Os serviços deverão ser recebidos pelos destinatários, constantes no Apêndice II - Planilha de Distribuição, e avaliados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no item 4.22 do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo de Referência.

5.5.2.3. Produtos do serviço que não atendam aos critérios mínimos de qualidade determinados no item 4.22 do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo de Referência, deverão ser separados, para reposição por parte da Contratada.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

#### 5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Impressão e distribuição, sob demanda, de 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e uma quatrocentos e cinquenta) unidades de Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, conforme quantitativos e localidades descritos nas tabelas constantes no Apêndice II - Planilha de Distribuição, deste Termo de Referência.

5.6.1.1. A execução do quantitativo total do contrato será realizado via ordem de serviço junto à contratada, conforme distribuído no anexo I - Planilha de Distribuição, deste Termo de Referência.

5.6.2. É responsabilidade da contratada dimensionar e disponibilizar a estrutura física, tecnológica, conforme especificações mínimas estabelecidas, de modo a atender plenamente ao volume do serviço quanto à quantidade e qualidade dos serviços de impressão das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa.

5.6.3. A contratada deverá atentar também para as condições ideais de armazenamento, conservação e com razoável grau de segurança dos citados documentos, enquanto o produto estiver sob a sua responsabilidade.

### Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### Comunicação entre a Administração e a Contratada.

5.9. As demais comunicações administrativas relativas ao cumprimento do contrato serão realizadas por meio do endereço de e-mail dgci@saude.gov.br. A contratada deverá fornecer resposta, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a qualquer comunicação enviada pela administração.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de toda a vigência contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME n.º 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.9. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.10. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice V, deste Termo de Referência, para avaliação da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

7.4.2. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida os serviços contratados; ou

7.4.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/04/2026.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45. A eficácia da cessão de crédito, em relação Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 13% (treze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 7% (sete por cento) a 9% (nove por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples, ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples, ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio, ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio, ou u sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

9.22.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.23. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais sob pena de inabilitação.

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público, ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.2. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente;

9.29.1.3. os atestados deverão comprovar o fornecimento de pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo total pretendido.

9.29.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017.

9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico - operacional, a uma única contratação.

9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.31. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei n.º 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 0001/250110;

II) Fonte de recursos: 1001;

III) Programa de trabalho: 10.301.5119.21CE.0001. PO 0007;

IV) Elemento de despesas: 3.3.90.39; e

V) Plano Interno: não há

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

12.2. A ata de registro de preços poderá ter sua vigência prorrogada com renovação das quantidades pelo prazo previsto em edital, considerando a economia processual, redução potencial dos preços unitários registrados tendo em vista os efeitos da economia de escala, bem como mitigação do risco de realizar nova licitação e contratação de empresa que porventura não cumpra as obrigações.



- 12.3. Administração opta pela dispensa do procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP).
- 12.4. Administração opta pela impossibilidade de adesão de outros órgãos à Ata de Registro de Preços (ARP).

Brasília, ...de ..... de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se aplica

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Não se aplica.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Não se aplica.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Não se aplica.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Não se aplica.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Não se aplica.

7. DOS CASOS OMISSOS

Não se aplica.

8. ALTERAÇÕES

Não se aplica.

9. FORO

Não se aplica.

14. ANEXO II

ANEXO II  
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADALIA RAISSA ALVES DA COSTA  
Equipe de apoio

CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO  
Equipe de apoio

 Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 10:45:30.

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**Estudo Técnico Preliminar 4/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 25000214559202511

**2. Descrição da necessidade****2.1. Objeto da Contratação**

2.1.1. O presente estudo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, conforme as condições, especificações e quantidades definidas neste instrumento, cuja distribuição será destinada às Secretarias Estaduais de Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal e Secretarias Municipais de Saúde das capitais.

2.1.2. A Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa é um documento técnico elaborado pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa do Departamento de Gestão do Cuidado Integral, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde (Copid/DGCI/Saps/MS) para o acompanhamento diário e sistemático, funcionando como um documento pessoal de referência, que reúne informações clínicas essenciais e atualizadas. Esse registro facilita o acesso imediato ao histórico de saúde da pessoa idosa por familiares, cuidadores e profissionais da saúde, especialmente em situações de urgência e emergência, permitindo maior agilidade na tomada de decisões, redução de riscos e melhoria na continuidade do cuidado.

**2.2. Justificativa**

2.2.1. A Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa é um instrumento estratégico, voltado ao apoio da atenção integral à população idosa no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua utilização encontra respaldo na Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XI (originária da Portaria nº 2.528/2006), que institui as diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), bem como no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), ao prever mecanismos de divulgação de informações sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento. Além disso, a caderneta está alinhada à Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436/2017), ao reforçar o papel da Atenção Primária à Saúde (APS) na coordenação do cuidado e no acompanhamento longitudinal da pessoa idosa.

2.2.2. Essa ferramenta é utilizada por famílias, cuidadores e profissionais de saúde com o objetivo de qualificar a atenção ofertada às pessoas idosas no SUS. A proposta é apoiar o profissional de saúde no manejo do cuidado à pessoa idosa, por meio de campos específicos destinados ao registro de informações relevantes sobre a condição de saúde e outras necessidades, subsidiando o atendimento ofertado. O instrumento contempla, ainda, espaços destinados ao preenchimento pelas pessoas idosas, familiares e cuidadores, possibilitando o registro de informações sobre cuidados e rotinas, de modo a favorecer o acompanhamento longitudinal.

2.2.3. O objetivo da contratação em tela é garantir que as informações baseadas em evidências científicas estejam disponíveis e possam ser acessadas pela população idosa, profissionais de saúde, familiares e cuidadores. Considerando o contexto histórico, em que a veracidade das informações é facilmente manipulada e são veiculadas informações falsas, é imprescindível garantir espaço que apresente conteúdos seguros para orientar os cuidados com a pessoa idosa. Neste sentido, entre os diversos tópicos abordados, destacam-se os pontos a seguir:

2.2.3.1. Direito da Pessoa Idosa: A dignidade da pessoa humana é um dos princípios fundamentais da Constituição Federal. A legislação brasileira assegura os direitos fundamentais para a população de 60 anos ou mais. Para comprovar a idade, basta apresentar um documento que contenha sua foto, como a Carteira de Identidade ou Carteira de Habilitação. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Art. 3º da Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022.

2.2.3.2. Cuidado com a saúde da pessoa idosa: As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades da pessoa idosa, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Além disso, o parágrafo II, do art. 8º da Lei nº 15.069 de 23 de dezembro de 2024, que instituiu A Política Nacional de Cuidados, estabelece como público prioritário as pessoas idosas que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária (Art. 19 da Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022).

2.2.4. Trata-se, portanto, de um material didático, ilustrativo e de linguagem acessível, que deve permitir a todos os usuários um entendimento universal das informações e orientações do público-alvo ao qual está destinado, além de orientar as equipes de Atenção Primária à Saúde no cuidado da pessoa idosa.

2.2.5. A Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa será distribuída pelo Ministério da Saúde para todas para as 26 Secretarias Estaduais de Saúde, para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, bem como, todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais.

2.2.6. Dessa forma, a contratação em questão busca atender ao preceito legal aplicável e assegurar a disponibilização de instrumento padronizado para a avaliação multidimensional da saúde da pessoa idosa, além de garantir o acesso e a posse dessas informações por usuários, equipes de saúde, cuidadores e familiares, fortalecendo o acompanhamento contínuo do cuidado.

2.2.7. A ausência dessa contratação implica riscos relevantes para a assistência e para a gestão do cuidado. Entre eles, destacam-se: fragmentação dos registros clínicos, perda de informações essenciais ao acompanhamento longitudinal, duplicidade de procedimentos e falhas na conciliação medicamentosa, com potencial aumento de internações evitáveis e de custos ao sistema público. Ademais, a indisponibilidade do material físico compromete a padronização dos registros e tende a reduzir a adesão de profissionais e usuários, sobretudo em territórios com limitações de acesso digital. Considerando o cenário de envelhecimento populacional e elevação da expectativa de vida, torna-se ainda mais necessária a adoção de instrumentos práticos e acessíveis para monitoramento de funcionalidade, riscos e necessidades de saúde, o que reforça o caráter essencial da caderneta. Ressalte-se que o custo unitário de impressão é reduzido quando comparado ao impacto esperado na eficiência do gasto público, dada sua contribuição para a melhoria da continuidade do cuidado e para a racionalização do uso de recursos. Por fim, a distribuição organizada às unidades de Atenção Primária possibilitará rastreabilidade, uso adequado e integração ao planejamento estratégico institucional, com alinhamento às metas de qualidade, efetividade e monitoramento das políticas públicas de saúde voltadas à pessoa idosa.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DGCI	Olivia Lucena de Medeiros

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços de impressão e distribuição de Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa, conforme especificações técnicas mínimas e quantidades mencionados abaixo:

4.1.1. Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa (versão atualizada) 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta unidades):

- **CAPA**
- Formato Aberto: 296x210mm
- Formato Fechado: 148x210mm
- Cores:4/4
- Papel: Cartão Supremo 300 g/m<sup>2</sup>
- Acabamento: BOPP FOSCO
- \* **MIOLO**
- Número de páginas: 128
- Formato Aberto: 296 x 210mm
- Formato Fechado: 148 x 210mm
- Cores: 4/4
- Papel: Offset 120g/m<sup>2</sup>
- **Acabamento:**
- Lombada quadrada com cola PUR
- **RESUMO:**
- \*Produto: Livreto
- \*Formato fechado: 14,8 x 21cm.
- \* Formato aberto: 29,6 x 21cm.
- \* Capa: cores 4/4, papel cartão: gramatura 300gr (acabamento BOPP FOSCO)
- \* Miolo: cores 4/4, papel Offset: gramatura 120g/m<sup>2</sup>
- \* Número de páginas: 128 páginas de miolo + capa.
- \* Acabamento: lombada quadrada com cola PUR
- A Caderneta deverá possuir certificação florestal válida "FSC" ou "CERFLOR". Selo de certificação deverá ser aplicado no canto superior direito, do verso da contracapa.

4.2. A Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa é instrumento essencial de acompanhamento da saúde no âmbito da Atenção Primária, considerando-se pessoa idosa aquela com 60 anos ou mais, com expectativa de sobrevida adicional estimada entre 30 e 40 anos. Diante de seu caráter longitudinal e de uso contínuo ao longo de décadas, mostra-se necessário reforçar e assegurar a disponibilização desse instrumento, em consonância com as políticas públicas voltadas à população idosa.

4.3. A distribuição implica no manuseio (separação em lotes, embalagem e etiquetagem) e entrega das cadernetas para 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, às Secretarias Municipais de Saúde das Capitais, e seguirá um cronograma pactuado junto à Contratante, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.4. É responsabilidade da contratada dimensionar e disponibilizar a estrutura física, tecnológica, conforme especificações mínimas estabelecidas, de modo a atender plenamente ao volume do serviço quanto à quantidade e qualidade dos serviços de impressão das Cadernetas Brasileira Pessoa Idosa.

4.5. A contratada deverá atentar também para as condições ideais de manuseio, conservação e armazenamento, com razoável grau de segurança dos citados documentos, enquanto o produto estiver sob a sua responsabilidade.

### Da Natureza dos Serviços

4.6. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.7. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de caráter continuado, tendo em vista que a interrupção dos serviços de impressão e distribuição das Cadernetas Brasileira da

Pessoa Idosa, versão atualizada, podem comprometer a entrega do material nas 26 Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, às Secretarias Municipais de Saúde das Capitais, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, com procedimento de Sistema de Registros de Preços (SRP).

4.8. Nesse sentido, torna-se mais atraente e vantajoso, do ponto de vista da segurança na continuidade da prestação do serviço, optar pela formalização de contrato de prestação de serviços continuados, sob demanda, sem fornecimento de mão de obra exclusiva.

#### **Da vigência do Contrato**

4.9. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Da Sustentabilidade**

4.10. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto no Termo de Referência, devem ser atendidos os requisitos a seguir, que se baseiam no disposto na Constituição Federal brasileira, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

*Constituição Federal:*

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*(...)*

*VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.*

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

4.10.1. Adicionalmente, a solução deverá contemplar a adoção de práticas que assegurem a redução de impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, incluindo a utilização de insumos ambientalmente adequados e a garantia de sua origem sustentável.

4.10.2. Nesse contexto, destaca-se que a certificação de manejo florestal sustentável, a exemplo dos selos FSC, PEFC e CERFLOR, constitui instrumento reconhecido internacionalmente para assegurar que produtos de origem florestal sejam provenientes de fontes legalmente constituídas e manejadas de forma ambientalmente adequada, socialmente responsável e economicamente viável.

4.10.3. Tais sistemas de certificação contemplam mecanismos de rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, permitindo o acompanhamento dos insumos desde a floresta de origem até o produto final, de modo a garantir a integridade e a confiabilidade das informações relativas à sua procedência.

4.10.4 Dessa forma, evidencia-se a importância da rastreabilidade dos insumos ao longo da cadeia produtiva, assegurando o acompanhamento desde a floresta de origem até o produto final, o que contribui para a efetiva comprovação da origem sustentável dos materiais utilizados.

4.11. No que se refere ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, deve-se:

4.11.1. Respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, como por exemplo: adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada; realização de separação dos resíduos recicláveis descartados.

4.11.2. Respeitar às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, tais como as normas sobre resíduos sólidos; e destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

4.11.3. Responsabilidade em obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados, de acordo com os procedimentos de logística reversa inclusive quanto a restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados.

4.11.4. Observar as disposições contidas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e, se comprometer a aplicar o disposto nos artigos de 31 a 33 do referido normativo, bem como inclusive quanto a restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados.

4.11.5. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

4.11.6. Observar as disposições contidas no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.11.7. Observar às disposições contidas nos normativos federais, municipais e distritais que versem sobre o objeto da presente contratação e as orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU).

4.12. Ademais, considerando o papel crucial desenvolvido pelo Ministério da Saúde quanto à promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros, conforme disposto em seu próprio Plano de Logística Sustentável (instituída pela Portaria SAA n.º 129, de 5 de fevereiro de 2024, em atendimento à Portaria Seges/ME n.º 8.678, de 19 de julho de 2021), deve-se administrar as compras de insumos estratégicos para a saúde voltados para as diversas áreas, racionalizando os gastos e utilizando os recursos naturais de forma consciente, para que o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental sejam possíveis.

4.13. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) do Ministério da Saúde está alinhado com diversas legislações e documentos estratégicos, visando promover a integração da sustentabilidade nas atividades do órgão e garantir o cumprimento de objetivos globais relacionados à saúde e ao meio ambiente.

4.14. Destacam-se, entre os principais normativos e instrumentos de referência:

4.14.1. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA e traz consigo diretrizes e instrumentos para preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Alguns dos princípios e principais aspectos da PNMA são: a manutenção do equilíbrio ecológico, racionalização, planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, proteção dos ecossistemas, controle das atividades potencial poluidoras, entre outros;

4.14.2. Lei nº 12.365, de 02 de agosto de 2010 - Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS: Esta Política estabelece instrumentos e diretrizes para o que o Setor Público e as empresas privadas lidem com o Plano Diretor de Logística Sustentável dos resíduos gerados. Por meio da PNRS é exigido que as organizações sejam transparentes sobre o gerenciamento de seus resíduos;

4.14.3. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei Geral de Licitações e Contratos: Definiu o desenvolvimento nacional sustentável como princípio na aplicação da Lei e como objetivo dos processos licitatórios;

4.14.4. Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021: Destacou o Plano Diretor de Logística Sustentável como o instrumento de governança que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural;

4.14.5. Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024- PPA 2024 – 2027 institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 e tem como visão de futuro: “Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”;

4.14.6. Plano Nacional de Saúde 2024-2027: O PLS deve contribuir para a consecução dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Nacional de Saúde, especialmente no que se refere à promoção da saúde ambiental e à melhoria da qualidade de vida da população por meio de práticas sustentáveis; e

4.14.7. No que se refere aos processos de trabalho do Ministério da Saúde: O PLS deve considerar as especificidades das atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, buscando integrar a sustentabilidade em todas as suas áreas de atuação, compras administrativas, aquisição de insumos estratégicos, rotinas internas como impressão, consumo de descartáveis, alterações de layout, ocupação dos espaços físicos e realização de campanhas internas de conscientização dos trabalhadores do MS, dentre outras. É importante ressaltar que o alinhamento do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Saúde com a Lei nº 14.133/21 implica considerar as diretrizes e os princípios estabelecidos na legislação para promover contratações públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País. Isso inclui a promoção de práticas sustentáveis em todas as etapas do processo licitatório, desde a definição dos critérios de seleção até a execução dos contratos, visando garantir a eficiência econômica, social e ambiental das aquisições realizadas pelo Ministério da Saúde.

4.15. Ademais, nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000 é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFC, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e o artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000.

4.16. Diante do exposto, a execução do objeto deverá assegurar a observância integral dos critérios de sustentabilidade estabelecidos, de modo a garantir a adequada gestão ambiental, a eficiência no uso de recursos e a conformidade com as diretrizes de desenvolvimento sustentável aplicáveis à Administração Pública.

#### **Da Subcontratação**

4.17. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.17.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no serviço de impressão das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa.

4.17.2. A subcontratação fica limitada à distribuição das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa.

4.18. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

#### **Da Garantia**

4.19. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.20. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.21 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após assinatura do contrato.

4.22 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Da Prova da Máquina**

4.23. Considerando o período de utilização da caderneta, bem como a entrega descentralizada em todo o território nacional, a Contratada deverá fornecer amostra da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa. Objetiva-se, dessa forma, garantir que o serviço de impressão será realizado de acordo com as especificações técnicas e padrões mínimos solicitados, devendo para tanto serem observados os seguintes critérios:

4.23.1. A Contratante encaminhará para a Contratada o arquivo digital da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, no formato PDF, em até 7 (sete) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço.



4.23.1.1. O arquivo digital da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, no formato PDF, se necessário, poderá ser atualizado quando da emissão de nova Ordem de Serviço e/ou renovação contratual.

4.23.2. A Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do arquivo digital, para apresentar as três provas de pré-impressão (boneca) do material, observando-se, que:

4.23.2.1. A Contratada deverá apresentar quantas provas de pré-impressão digitais e impressas (boneca) forem necessárias à correção do material até a aprovação final; e

4.23.2.2. A Contratada deverá providenciar o envio e/ou entrega das provas de pré-impressão (boneca) para serem analisadas pela Contratante, e, também, a coleta e/ou envio das provas de pré-impressão (boneca) aprovadas, sem quaisquer ônus para a Contratante.

4.23.2.3. Em caso de alteração do arquivo digital da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, o procedimento deverá ser repetido, sem ônus à Contratante.

4.23.3. A Contratante enviará o resultado da aprovação das três provas de pré-impressão (boneca), da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, via Ofício à Contratada, e, somente após essa validação, deverá ser considerado autorizado a impressão da prova de máquina.

4.23.4. A Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias, a contar da aprovação das provas de pré-impressão (boneca), para apresentar três provas de máquina do material, em sua qualidade final de distribuição.

4.23.5. A aceitação da prova de máquina com o ateste da Contratante, no referido material, se dará da seguinte forma:

4.23.5.1. Estando a prova de máquina compatível com as especificações do material, estabelecidos neste Instrumento, a Contratante procederá à assinatura “imprima-se o serviço” na prova de máquina, autorizando o início da execução do serviço.

4.23.5.2. O início da execução da impressão será formalizado via ofício pela Contratante.

4.23.5.3. A Contratada deverá apresentar quantas provas de máquina forem necessárias à correção do material até a autorização final pela Contratante.

4.23.5.4 A Contratada deverá providenciar o envio e/ou entrega da prova de máquina para ser analisada pela Contratante, bem como a coleta e/ou envio da prova de máquina aprovada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

4.23.5.5 A impressão da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa somente será iniciada após a validação da prova de máquina e autorização da Contratante.

4.23.5.6 O procedimento se repetirá a cada Ordem de Serviço emitida.

## **Da Impressão e Distribuição**

4.24. A Contratante poderá, a qualquer tempo, após o “imprima-se o serviço” e durante a execução do serviço de impressão, ir ao parque gráfico da empresa e realizar a vistoria do material in loco, selecionando aleatoriamente caixas de Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, fazendo a verificação do serviço no sentido da qualidade da impressão e do acabamento, bem como a qualidade da caixa, do padrão da etiqueta e do acondicionamento do material para envio aos destinatários.

4.25. Após a aprovação da prova de máquina e autorização da impressão pela Contratante, a impressão e distribuição será iniciada, na forma que segue:

4.25.1. A logística de impressão e distribuição das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa seguirá um cronograma pactuado junto à Contratante, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.25.2 O início das entregas deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da aprovação da prova de máquina e com o prazo máximo de 3 (três) meses para a conclusão da execução da Ordem de Serviço.

4.25.3 O procedimento se repetirá a cada Ordem de Serviço emitida.

4.25.3.1. Do recebimento dos serviços por parte dos destinatários:

4.25.3.1.1. A logística de distribuição das Cadernetas seguirá um cronograma pactuado junto à Contratante, conforme Ordem de Serviço.

4.25.3.1.2. Os serviços deverão ser recebidos pelos destinatários, constantes no Anexo II - Planilha de Distribuição, e avaliados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no item 4.22 do Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

### **Da qualidade dos serviços**

4.26 São requisitos mínimos de qualidade do serviço de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa:

4.26.1. Possibilitar a leitura e a inserção das informações, em qualquer de suas faces;

4.26.2. Expressar corretamente as cores do documento original;

4.26.3. Não possuir amassados, dobras ou rasgos não previstos;

4.26.4. Não possuir manchas ou falhas de impressão;

4.26.5. Possuir o correto posicionamento da imagem e dos gráficos em relação à arte final, considerando a sua utilização para inserção de dados referentes a pessoa idosa;

4.26.6. Possuir qualidade de fixação da tinta de forma que seu manuseio não manche o documento impresso;

4.26.7 Ser produzida com as especificações de papel (capa, miolo e papel) definidos neste Instrumento;

### **Da Escolha do Índice de Reajuste**

4.27 O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será o adotado, justifica-se a escolha por este representar um índice oficial de inflação utilizado pelo governo federal para calcular as alterações na taxa de juros e para adequação de salários de trabalhadores de vários setores, entre outros. Ademais, não logramos êxito em identificar um índice setorial específico, sendo o índice eleito, salvo melhor juízo, o mais adequado para o momento.

### **Da não utilização do catálogo eletrônico de padronização**

4.28. O objeto da presente contratação não faz parte do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme se pode constatar no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

4.29. Nesse sentido, em atenção ao princípio da padronização, buscou-se observar na descrição do item a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas e de desempenho, em observância aos termos do art. 43 da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 9º, inciso I, alínea b, da IN SEGES n.º 81/2022.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **5. Levantamento de Mercado**

#### **Soluções Disponíveis no Mercado**

5.1. Considerando a grande importância do objeto da contratação, foi realizado um levantamento de mercado para determinar as soluções existentes capazes de atender os requisitos estabelecidos neste Estudo, de forma a alcançar

os resultados pretendidos, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e inovação. Assim, nesse cenário, vislumbrou-se duas possibilidades: a Caderneta de forma digital ou impressa.

## **5.2. Solução 1 - Caderneta Digital:**

5.2.1. Consiste na produção e disponibilização de acesso a software para dispositivos, móveis ou não, de comunicação (celulares ou desktops). Esta solução enfrenta alguns desafios para sua implementação, como, por exemplo, a conectividade e acesso à internet por parte das famílias, que devem acessar informações pertinentes à saúde da pessoa idosa, bem como a dificuldade na informatização dos serviços de saúde dos municípios brasileiros.

5.2.2. Assim, à luz do princípio do planejamento e da necessidade de assegurar a continuidade eficiente da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dos bens, admite-se a prorrogação da ARP, hipótese em que poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, pelo prazo previsto em edital".

## **5.3. Solução 2 - Caderneta Impressa**

5.3.1. Consiste na impressão gráfica da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa para sua distribuição, em que a Caderneta impressa traz como benefício a facilidade de manuseio e aceitação por parte dos usuários e dos profissionais de saúde, uma vez que possibilita de forma viável o acesso tempestivo às informações e registros referentes a saúde integral da pessoa idosa, independente da localidade e/ou acesso à internet.

5.3.2. Nesse sentido, entende-se que a escolha pela versão impressa da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, em detrimento da solução exclusivamente digital, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e epidemiológicos que refletem a realidade do público-alvo e da rede de atenção à saúde no Brasil. Embora ambas as soluções estejam disponíveis no mercado, considerando o perfil populacional das pessoas idosas, as desigualdades de acesso digital no país, as necessidades assistenciais da APS, e a importância da portabilidade e segurança da informação para a continuidade do cuidado, a opção pela Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa impressa se apresenta como a solução mais adequada, segura, equitativa e consistente com as diretrizes do SUS.

5.3.3. Nesse contexto, no levantamento de mercado foram identificadas diversas empresas que prestam os serviços a serem contratados, algumas delas identificadas no Anexo V.

5.3.4. A análise também permitiu verificar que há, no mercado, oferta suficiente de fornecedores capacitados a atender às especificações necessárias, favorecendo a competitividade e a economicidade do futuro certame.

5.3.5. As informações detalhadas referentes aos fornecedores consultados, especificações técnicas comparadas e estimativas de preços serão consolidadas e apresentadas em Nota Técnica apartada, vinculada a este Estudo Técnico Preliminar.

## **Formas de Seleção do Fornecedor**

### **Intenção de Registro de Preços (IRP)**

5.4. A Intenção de Registro de Preços (IRP) é uma importante ferramenta que possibilita que a Administração Pública compartilhar suas intenções de realizar licitações para Registro de Preço - SRP, tornando pública as intenções de futuras licitações de Pregão e Concorrência para Registro de Preços, possibilitando assim a participação de outros órgãos e entidades que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, oportunizando a Administração auferir economias de escala e processual.

5.5. Foi realizada uma consulta detalhada no sistema Comprasgov, especificamente na seção de Intenções de Registro de Preços (IRP), a qual demonstrou a inexistência de intenções de compra correspondentes ao código CATSER (Catálogo de Serviços) relacionado ao objeto da contratação. Diante disso, conclui-se que a adesão a IRPs resta inviável, nos termos do art. 10 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

### **Sistema de Registro de Preços (SRP)**

5.6. O Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui uma ferramenta relevante na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133 /2021), tendo como objetivo aprimorar os procedimentos de compras e contratações realizadas pela Administração Pública. Este sistema possibilita a realização de uma única licitação para registrar os preços de diversos produtos ou serviços, que poderão ser adquiridos ao longo de um período estabelecido, dispensando a necessidade de firmar contratos específicos para cada aquisição.

5.7. Uma das principais vantagens do SRP é a otimização dos recursos públicos. Ao registrar os preços durante o processo licitatório, o órgão contratante pode se beneficiar das melhores condições oferecidas pelos fornecedores ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, resultando em um processo de aquisição mais eficiente e econômico. Ainda, o SRP estimula a competição entre os licitantes, que são incentivados a ofertar propostas mais vantajosas a fim de assegurar o registro de suas propostas.

5.8. Consoante o artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços pode ser adotado em especial:

**"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:**

- I- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV- quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**Parágrafo único.** O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I- existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
- II- necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado."

5.9. Considerando que a contratação vem atender demanda frequentes, uma vez que a Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa vinha sendo distribuída desde 2006, torna-se necessária a retomada de sua distribuição, atualmente interrompida desde 2022. Essa medida visa consolidar sua utilização, garantindo sua incorporação ao público-alvo que passa a integrar a faixa etária correspondente.

5.10. A distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa começou em 2006 e evoluiu com atualizações em 2012 e 2014. Desde 2021, o Ministério da Saúde tem distribuído mais de 4,5 milhões de cadernetas a municípios e Distritos Sanitários Indígenas, e em 2022, passou a ofertar o material como arquivo digital devido a dificuldades de uso por parte dos municípios.

5.11. Dessa forma, após o levantamento de mercado concluiu-se que a modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), representa a solução que mais adequada para atender aos requisitos estabelecidos neste Estudo, vez que se enquadra nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V. do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023.

5.12. Ademais, observa-se ainda a impossibilidade de uma previsão exata e pormenorizada do quantitativo até que haja uma atualização da demanda, conforme exposto acima. Portanto, o objeto da contratação possui consonância com os requisitos dos incisos I, II e V. do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023.

5.13. Portanto, a solução selecionada para a escolha do fornecedor contribui para a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, visto que se fundamenta na utilização do critério de julgamento pelo "menor preço"

e atende integralmente aos requisitos estabelecidos, garantindo a consecução dos resultados esperados. Além disso, essa escolha está alinhada aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência, padronização, transparência e às melhores práticas de mercado. Diante disso, em conformidade com o disposto no inciso XIII do artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, manifesta-se o entendimento de que a contratação é adequada para suprir a necessidade a que se destina.

5.14. Com a necessidade de aquisição de bens ou da contratação de quaisquer serviços deve a Administração Pública observar a regra geral do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que se traduz no dever de licitar:

“Art. 37. [...]”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

5.15. Em regra, a Administração Pública deve valer-se de regular procedimento licitatório para o atendimento de suas necessidades. Nesse sentido, visando o levantamento de mercado, com o escopo de definir a melhor forma de contratação dos serviços de fornecimento e distribuição de Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa pela Administração, a equipe de planejamento avaliou as possibilidades descritas abaixo:

### **Adesão a Ata de Registro de Preços**

5.16. Visando à identificação de alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, foi realizada a análise quanto à viabilidade de adesão a uma Ata de Registro de Preços oriunda de Pregão Eletrônico. Contudo, não foram identificadas atas compatíveis para adesão, em razão das especificidades do objeto em questão, tais como a abrangência dos locais de execução e os quantitativos exigidos pelo Ministério da Saúde. Diante disso, conclui-se pela inviabilidade de adesão à Ata de Registro de Preços, conforme disposto no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

### **Dispensa de Licitação**

5.17. De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, bem como disposto no Decreto nº 12.343/24 a dispensa de licitação pode ser utilizada para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores com valores de até R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) e para outros serviços e compras de bens no valor de até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Ainda que os valores tenham sido incrementados na nova Lei de Licitações e Contratos ainda são insuficientes para atender a demanda deste Ministério da Saúde.

### **Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico**

5.18. De modo geral, neste tipo de aquisição há o ganho econômico na compra em escala, em que os licitantes ofertam melhores preços ao diminuírem suas margens de lucro, visto que ganharão no quantitativo maior vendido. O Pregão Eletrônico é a modalidade de licitação mais adotada quando o objeto consiste em aquisição de bens ou serviços comuns, onde há a possibilidade de os licitantes diminuírem através de lances virtuais o valor inicialmente previsto em suas propostas, bem como do pregoeiro negociar uma redução significativa do valor, para obtenção do melhor preço para a Administração. O pregão eletrônico além de ser a modalidade mais utilizada pelo governo para contratar bens e serviços, independente do valor estimado, traz como principais vantagens na sua escolha a celeridade (simplificação das etapas), a transparência e a economia aos cofres públicos.

5.19. Dessa forma, visando atender a demanda de fornecimento de impressão e distribuição de Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, em todo o território nacional, conclui-se que a Caderneta Impressa (solução 2) e a Sistema de Registro de Preços (SRP) são as soluções escolhidas, visto atenderem aos requisitos estabelecidos neste Estudo, de modo a alcançar os resultados pretendidos, levando-se em conta os princípios da economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado.

5.20. Sendo assim, conclui-se o seguinte:

- **Solução Escolhida:** Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa Impressa;
- **Seleção do Fornecedor:** Pregão, com procedimento de Sistema de Registros de Preços (SRP), em sua forma eletrônica.
- **Forma de Contratação:** Contrato de prestação de serviços continuado, sob demanda, sem fornecimento mão de obra exclusiva.

### Da previsão de prorrogação da Ata de Registro de Preços (ARP)

5.21. Nos termos do § 4º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços poderá ter sua vigência prorrogada, com renovação dos quantitativos originais, desde que essa possibilidade esteja expressamente prevista no edital e que a Administração comprove, no momento oportuno, a vantajosidade da medida.

5.22. Assim, à luz do princípio do planejamento e da necessidade de assegurar a continuidade eficiente da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dos bens, admite-se a prorrogação da ARP, hipótese em que poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, pelo prazo previsto em edital.

5.23. Ressalte-se que eventual prorrogação será oportunamente submetida à análise específica, condicionada à comprovação de vantajosidade, à regularidade da execução e à demonstração do interesse público. Registra-se, ainda, que nesta fase não há decisão quanto à efetivação da prorrogação, tratando-se apenas de previsão para fins de planejamento e conformidade com a legislação vigente.

5.24. Quanto à possibilidade de adesão por outros órgãos, avalia-se que não é aplicável neste caso. O objeto desta contratação está diretamente vinculado a política pública do Ministério da Saúde e reúne características técnicas, operacionais e de conteúdo definidas em diretrizes ministeriais específicas, exigindo padronização nacional e compatibilidade integral com os materiais oficiais do Programa. Essas singularidades restringem seu uso a finalidades próprias do Ministério, de modo que eventual adesão externa poderia comprometer a integridade do objeto, a uniformidade necessária e o atendimento aos objetivos da política pública.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição de Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa sob demanda destinadas às 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde, Secretaria de Saúde do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde das capitais.

6.2. Os serviços deverão atender às seguintes especificações técnicas mínimas:

Impressão e distribuição de 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos e cinquenta) unidades de Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa:

- **CAPA**
  - Formato Aberto: 296x210mm
  - Formato Fechado: 148x210mm
  - Cores:4/4
  - Papel: Cartão Supremo 300g/m2
  - Acabamento: BOPP FOSCO
- **\*MIOLO**
  - Número de páginas: 128
  - Formato Aberto: 296 x 210mm
  - Formato Fechado: 148 x 210mm
  - Cores: 4/4
  - Papel: Offset 120g/m2
  - **Acabamento:** Lombada quadrada com cola PUR

6.3 A Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa é instrumento essencial de acompanhamento da saúde no âmbito da Atenção Primária, considerando-se pessoa idosa aquela com 60 anos ou mais, com expectativa de sobrevida

adicional estimada entre 30 e 40 anos. Diante de seu caráter longitudinal e de uso contínuo ao longo de décadas, mostra-se necessário reforçar e assegurar a disponibilização desse instrumento, em consonância com as políticas públicas voltadas à população idosa.

6.3.1. Mudanças de endereço dos locais de entrega das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa poderão ocorrer e deverão ser informadas à Contratada com até 15 (quinze) dias de antecedência do início da distribuição, exceto em casos de força maior e fortuitos, conforme justificativa do destinatário, o endereço fique impossibilitado de receber a remessa. Nesse último caso, a Contratante, em contato com a Contratada, verificará a opção que não gere custos adicionais à Administração para realizar a entrega da remessa em novo local estipulado pelo destinatário inicial.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

### **Fonte de Dados**

7.1. Para fins de definição da metodologia de cálculo dos quantitativos, foram adotadas como referência as projeções oficiais de população estimada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2025, disponibilizadas em 1º de julho do mesmo ano; a proporção de pessoas idosas projetada pelo referido Instituto para 2025, correspondente a 16,57% da população brasileira; bem como o percentual de população dependente exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), estimado em 75%, conforme dados do Sistema de Informações de Beneficiários (SIB) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com referência em novembro de 2025. Nessa perspectiva, o quantitativo total estimado da população idosa que usam exclusivamente o SUS corresponde a 26.522.900 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e dois mil e novecentas) de pessoas. Contudo, considerando a estratégia de implementação gradual no território, associada à capacidade operacional dos serviços e à necessidade de execução planejada das ações, optou-se por contemplar, nesta etapa inicial, 50% do público estimado, correspondente ao quantitativo de 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta) unidades da Caderneta, permitindo a implantação progressiva da iniciativa, com monitoramento e possibilidade de ampliação futura conforme a consolidação das ações e a disponibilidade de recursos.

7.2. Além disso, em atendimento a uma reivindicação dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI), incluiu-se o volume de cadernetas para atender as pessoas idosas indígenas que moram em Terras e Territórios Indígenas e são atendidas pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Os dados utilizados são do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI). O ano de referência utilizado foi o de 2022, considerando a base de dados fechada.

### **Memória de Cálculo do Quantitativo de Cadernetas**

7.3. Em complemento, os dados do sistema e-SUS APS, em agosto de 2025 havia 27.336.612 pessoas idosas cadastradas na Atenção Primária à Saúde, o que corresponde a cerca de 80% da população idosa total. Esse nível de vinculação ao SUS demonstra a capilaridade da rede de atenção primária e a viabilidade logística para a distribuição das cadernetas, assegurando que o material chegue diretamente ao público-alvo por meio das unidades de saúde.

7.4. Diante desse cenário, a contratação de 13.261.450 (treze milhões duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta) exemplares representa a cobertura de 50% da população idosa brasileira que usam exclusivamente o SUS.

### **Memória de Cálculo do Quantitativo de Cadernetas**

7.5. Após o mapeamento dos dados pertinentes, procedeu-se ao cálculo em etapas sucessivas: inicialmente, aplicou-se o percentual de 16,57% sobre a população total ( $213.421.037 \times 16,57\%$ ), resultando em 35.363.866 pessoas idosas; em seguida, aplicou-se o percentual de 75% sobre esse quantitativo ( $35.363.866 \times 75\%$ ), alcançando-se o total estimado de 26.522.900 pessoas idosas que usam exclusivamente o SUS. Por fim, aplicou-se o percentual de 50% sobre o total estimado ( $26.522.900 \times 50\%$ ), resultando no quantitativo de 13.261.450 (treze milhões duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta) de unidades, configurando o público-alvo da implementação inicial. O quantitativo definido ainda levou em consideração o orçamento disponível para a referida ação dentro do PPA 2024 /2027 e da Funcional Programática 10.301.5119.21CE. 0001- Implementação de Políticas de Atenção Primária à

7.6. Para fins de definição e precisão do número de Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa, foram considerados o número de pessoas idosas em todo território nacional.

7.6.1. Tendo em vista que a Caderneta é um objeto concreto, não são válidos números com casas decimais, assim arredondou-se segundo a regra: <5 para menos e > ou = 5 para mais.

7.7. Portanto, os quantitativos e localidades a serem distribuídas as Cadernetas da Pessoa Idosa são as estabelecidas nos quadros abaixo conforme quantitativo indicados no Anexo I do sistema Compras Gov.

7.8. Dessa forma, considerando o quantitativo total de cadernetas demonstrados nos quadros acima, foi estimado um quantitativo total de Cadernetas da Pessoa Idosa de 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta) unidades.

7.9. No que se refere ao quantitativo estimado e solicitado via ordem de serviço junto a contratada, há necessidade de especificar a estimativa mínima e máxima de tiragem e distribuição, conforme o processamento por meio de sistema de registro de preços.

7.10. O quantitativo mínimo, seguem as necessidades previamente levantada junto ao estado com maior demanda populacional, já os quantitativos máximos foram fixados considerando a possibilidade de oscilações de demanda, situações emergenciais, ou aumento temporário da necessidade do item/serviço, sem, no entanto, comprometer o princípio da razoabilidade e respeitando os limites legais e orçamentários.

7.11. A estimativa de distribuição ocorrerá via ordem de serviços junto a contratada, de acordo com os valores estipulados na planilha de alocação de demanda e de acordo com o percentual em cada etapa de produção e distribuição das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa, conforme indicado no item 7.5 deste Estudo Técnico.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: "Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que envolve a prestação integrada de serviços de impressão e distribuição em âmbito nacional, verifica-se que a formação de preços apresenta elevada sensibilidade a variáveis logísticas, tais como capilaridade da entrega, quantitativos por localidade, prazos e estratégias operacionais adotadas pelos fornecedores. A pesquisa de preços realizada evidenciou significativa variação entre as propostas obtidas, refletindo as diferentes modelagens de execução e estruturas de custo praticadas no mercado, especialmente no que se refere à logística de distribuição. Nesse contexto, a divulgação prévia do valor estimado da contratação pode induzir os licitantes à apresentação de propostas próximas ao teto de referência, reduzindo a competitividade do certame e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, com vistas a preservar a ampla competitividade e evitar o fenômeno de ancoragem de preços, opta-se pela adoção do sigilo do orçamento estimado, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da sua disponibilização aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos agentes responsáveis pela condução do processo licitatório. Ressalta-se que a estimativa de preços foi elaborada com base em critérios técnicos, observadas as diretrizes normativas aplicáveis, refletindo, de forma fidedigna, as condições de mercado e as especificidades da política pública a ser atendida. Dessa forma, o sigilo do valor estimado se mostra medida adequada e proporcional, voltada à proteção do interesse público e à maximização da eficiência e economicidade da contratação." ]*

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Buscando maximizar os princípios da racionalidade administrativa, da economicidade e da eficiência, inclusive facilitando a competitividade e, após contratação, um melhor gerenciamento contratual, os serviços foram agrupados em um único item, indo assim, ao encontro do que preconiza o art. 40, § 3, inc. I, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 40 [...]

§ 3º - O Parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;"

9.2. Em cumprimento ao disposto, apresenta-se justificativa para o não parcelamento da solução, por não ser técnica e economicamente viável a prestação dos serviços de impressão e distribuição por mais de uma empresa. Visto observar-se que o parcelamento do objeto em dois itens, um referente a impressão e outro referente à distribuição, poderia ocasionar na contratação de mais de um fornecedor. Assim, entende-se que a contratação desses serviços



em único item deverá gerar benefícios como a redução do valor final do contrato, pois esse modelo elimina a necessidade de gerenciar múltiplos fornecedores em um mesmo processo.

9.3. Nesse mesmo sentido, considera-se relevante que os serviços de impressão e distribuição sejam executados de forma integral em todas as etapas por uma mesma empresa, para reduzir custos desnecessários de armazenamento das Cadernetas produzidas. Ademais, a impressão e distribuição da Caderneta é realizada anualmente, conforme cronograma previsto em planilha de distribuição para as 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais e Distrito Federal.

9.4. Aparentemente, a contratação por localidade/região seria mais atrativa, tendo em vista que poderia implicar em economicidade na logística de distribuição. Todavia, essa forma poderia impactar diretamente nos custos globais da contratação e acarretar perda em escala, uma vez que, nesta situação, a tiragem solicitada influenciaria diretamente no custo unitário do serviço. Além disso, observou-se que o fracionamento do objeto poderia acarretar em quebra do padrão de qualidade desejado, uma vez que pode resultar em diversas contratações com fornecedores distintos. Assim sendo, o não parcelamento dos serviços preservará a integridade qualitativa do objeto, vez que a eventual opção por vários fornecedores implicaria em dificuldade na execução do serviço com o nível de qualidade necessário.

9.5. Observa-se ainda que a execução dos serviços por meio de empresas diferentes traria enorme risco à execução do objeto, pelos seguintes motivos, dentre outros possíveis: a necessidade contínua de comunicação entre os diferentes fornecedores o que, historicamente, não ocorre com fluidez e nem de forma satisfatória, sendo a parte mais lesada a contratante; a necessidade de perfeita integração entre os itens para preservação do padrão de qualidade na impressão e acabamento do material contratado, o que poderia ser prejudicado pelo o fornecimento parcial dos itens por diferentes fornecedores, trazendo não apenas maior complexidade, como maiores custos de integração e riscos de não execução adequada, bem como a distribuição descentralizada implica em obstáculos para a fiscalização e gestão da referida contratação.

9.6. Deste modo, a contratação do presente objeto em foco, que contempla a prestação de serviços não continuados, amolda-se em maior uniformidade de execução se prestada por única empresa, haja vista questões ligadas à logística da operação, a custos gerenciais e administrativos, a padronização dos serviços, a qualidade e a tempestividade na entrega.

9.7. Face ao exposto, optou-se pelo não parcelamento da solução, que será licitada na modalidade Pregão Eletrônico.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Caderneta da Gestante e Ficha Perinatal (processo em andamento) – NUP 25000.050922/2025-55.

10.2. Caderneta da Criança – Passaporte da Cidadania, versão menina e menino (contrato celebrado) NUP 25000.050736/2023-54.

10.3. Caderneta do Adolescente, versão masculina e versão feminina (processo em andamento) - NUP: 25000.102722/2024-12.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. Como ação prioritária e estratégica da Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (Copic/DGCI/Saps/MS), a impressão e distribuição das Cadernetas Brasileira da Pessoa Idosa estão inseridas no PLOA 2026, sob a Funcional Programática 10.301.5119.21CE.0001, Ação 21CE – PO 0007 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.

11.2. O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027, formuladas a partir das diretrizes aprovadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde e das prioridades para as ações e serviços públicos de saúde pelo CNS, com vistas a contribuir com o processo democrático e constitucional de formulação da política nacional de saúde, baseados nos Anexos I e II da Resolução nº 715 de 20 de julho de 2023. Além disso visa garantir o modelo de atenção integral a saúde, público, com financiamento adequado à população negra, às mulheres, homens, LGBTIA+, à pessoa idosa,

adolescentes, crianças, pessoas com deficiência, com patologias, doenças crônicas, doenças raras, comunidades e povos tradicionais e população em situação de rua, por meio de ações intra e intersetoriais para promoção, prevenção, reabilitação, considerando as questões geográficas e territoriais.

### **Alinhamento às Políticas Públicas**

11.3. A presente contratação está em conformidade com os princípios da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), instituída em 2006, vigente por meio da Portaria de Consolidação n.º 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XI, Anexo I e Anexo II do Anexo XI, que visa garantir atenção integral e digna aos idosos (60 anos ou mais), promovendo autonomia, independência, e envelhecimento ativo dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A política estabelece diretrizes e estratégias para a melhoria da qualidade de vida dessa população, como a atenção multidimensional, o estímulo a ações intersetoriais e a formação de profissionais de saúde.

11.4. Nesse contexto, o material em questão visa qualificar o cuidado com a saúde da pessoa idosa, conforme preconizado pela PNSPI. Além disso, trata-se de um instrumento educativo que comunica direitos e orienta sobre a saúde da pessoa idosa, promove autonomia no cuidado com a sua saúde e apoia práticas humanizadas.

11.5. A produção e a distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, reforça o compromisso do SUS em promover equidade e acesso à informação, elementos fundamentais para a efetivação das políticas públicas voltadas à saúde desse público, além de consolidar o alinhamento entre as diretrizes estratégicas da PNSPI e as ações de cuidado integral na atenção a pessoa idosa.

### **Do alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde**

11.6. Buscou-se abranger em todos os aspectos da contratação, desde o planejamento até a execução serviços que promovam o desenvolvimento sustentável, em observação as aplicabilidades das ações e metas constantes do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (2024 - 2026) - Versão 1.0, datado de 14/03/2024, o qual foi instituído em observância à Portaria SEGES/MGI n.º 5.376, de 14 de setembro de 2023.

11.7. Assim sendo, buscou-se na contratação refletir a preocupação com o desenvolvimento sustentável. Deste modo, foram especificados, claramente, requisitos que incorporam critérios de sustentabilidade, tais como a preferência por produtos de menor impacto ambiental e a promoção de práticas que reduzem perdas e desperdícios, conforme se pode verificar no item 4.10. deste Estudo Técnico Preliminar.

### **Alinhamento ao Plano Anual de Contratações**

11.8. Nos termos da Instrução Normativa n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que a contratação em tela consta prevista no item 01 Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, do Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC 2025, conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD de n.º 235/2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa é um instrumento técnico desenvolvido pela Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (Copid/DGCI/Saps/MS). Seu principal objetivo é apoiar o acompanhamento da pessoa idosa no SUS, reunindo informações relevantes sobre a saúde e promovendo o cuidado integral à pessoa idosa.

12.2. O documento inclui campos para acompanhamento da pessoa idosa com registros das consultas clínicas e odontológicas, resultados de exames, vacinas e informações relacionadas. É um recurso interativo que permite anotações e reflexões da pessoa idosa, contribuindo para a educação em saúde, o esclarecimento de dúvidas e o fortalecimento do diálogo entre as pessoas idosas e os profissionais. Além disso, a Caderneta assegura a portabilidade das informações, permitindo seu uso em emergências ou deslocamentos em território nacional.

12.3. Portanto, espera-se que a contratação contribua para:

- Qualificação da Atenção à saúde da pessoa idosa;
- Garantia da continuidade do cuidado;

- Promoção de um cuidado mais equitativo e acessível;
- Educação em saúde;
- Gestão eficaz dos serviços.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Não há necessidade de providências a serem adotadas por parte deste Ministério da Saúde antes da assinatura do contrato, tendo em vista que a prestação dos serviços não será realizada nas dependências do órgão.

13.2. A presente contratação não se aplica à Lei nº 12.527/2011, tendo em vista que não se trata de um processo sigiloso, tampouco se enquadra nas hipóteses de obrigatoriedade de divulgação e transparência previstas na referida legislação.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Possíveis impactos ambientais da contratação e medidas de tratamento em razão dos impactos ambientais devem ser observados pela Empresa Contratada, conforme o estabelecido na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

14.2. O impacto ambiental é resultado de qualquer modificação, positiva ou negativa, causada pela ação do homem no meio ambiente. Tais impactos, como os provocados pelo descarte incorreto de resíduos plásticos, pelo grande volume de papéis ou uso inadequado de solventes, entre outros derivados da produção gráfica, podem causar a degradação do meio ambiente. Para diminuir os efeitos causados no meio ambiente é preciso implantar políticas de proteção ambiental e promover ações que tragam como resultado a sustentabilidade ambiental.

14.3. Nas licitações as ações e soluções sustentáveis buscam integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo), com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos. De modo que as promoções de ações sustentáveis nos processos de contratações visam contribuir para reduzir possíveis impactos ambientais. Os serviços prestados na execução da impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa podem causar impactos no meio ambiente, tais como: poluição das águas e solo por dejetos, desperdício de energia elétrica e água, desmatamento de florestas, entre outros, desta forma a empresa Contratada deve se ater em reduzir ao máximo possível tais impactos.

14.4. Alguns dos possíveis impactos ambientais relacionados à prestação dos serviços de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa são:

14.4.1. Consumo consciente de papel: matéria-prima utilizada em alta escala na produção gráfica, cujo consumo elevado pode contribuir com o desmatamento; além de ter em sua composição elementos químicos, como o cloro, que agravam os impactos ambientais.

14.4.2. Descarte adequado de resíduos tóxicos (tintas, solventes e afins): a eliminação inadequada dos resíduos pode contaminar o solo, o ar e a água.

14.4.3. Distribuição em meios de transporte que consomem menos combustível: este insumo é utilizado na distribuição/transporte e está intrinsecamente associado aos danos causados na camada de ozônio, em função da emissão de gases produzidos pela queima dos combustíveis fósseis, tais como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), emitido pela queima direta do diesel e/ou gasolina, os combustíveis mais utilizados para o transporte de cargas.

14.5. Fazendo-se, portanto, necessárias ações voltadas à mitigação dos impactos ambientais por parte das empresas que prestam os serviços de impressão e distribuição ora contratados, tendo sempre como norte o que preceitua o Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU).

14.6. Afinal, entende-se que "o desenvolvimento sustentável não pode subsistir apenas como ideário, simplesmente alicerçado em boas intenções, sábias palavras e atitudes heroicas", e que "o desenvolvimento sustentável precisa evoluir, com urgência, em direção à mudança da realidade. O Poder Público e a sociedade devem conjugar esforços

e adotar práticas voltadas para a realização imediata desta importante diretriz. Quando o planeta sofre, a humanidade sofre ainda mais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Esta Equipe de Planejamento declara viável a presente contratação em virtude das soluções disponíveis no mercado, da previsão orçamentária e da existência de fornecedores no mercado capazes de fornecer a solução, bem como da necessidade de assegurar a distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa às 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAMILA MARIA MENDES NASCIMENTO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 09:02:07.*

**ADALIA RAISSA ALVES DA COSTA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 09:33:36.*

Planilha de Distribuição Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa					
Unidade da Federação	Local entrega (Capital)	Tipo de Destinatário	Endereços (atualizados no 2ºsem/25, conforme planilha da caderneta da gestante)	Total estimado de Pessoas Idosas que usam exclusivamente o SUS	Total cadernetas a serem distribuídas
AC	Acre	SES	Rua do Aviário nº 526. Bairro do Aviário. Rio Branco- Acre, antiga distribuidora da SKOL	61.562	30.781
AC	Rio Branco	SMS - Capital	Avenida Ceará, numero 3335, Bairro 7º - CEP: 69.918-108 - Ao lado da loja Maçônica 7 de setembro	48.343	24.172
AL	Alagoas	SES	Rua General Portugal Ramalho, nº 90, Farol-Maceió Alagoas	276.623	138.312
AL	Maceió (Capital)	SMS - Capital	Maragogi nº110 bairro canaã CEP 57.080-110 Maceió -AL	123.648	61.824
AM	Amazonas (SES)	SES	Avenida do Turismo, nº1611, Ponta Negra (Ao lado Daimond) CEP: 69037-005 Manaus/AM	250.773	125.387
AM	Manaus (Capital)	SMS - Capital	Rua Cristina Tavares, Nº 150, Bairro: Planalto.	286.296	143.148
AP	Amapá (SES)	SES	Avenida Henrique Galúcio, nº 1249 - Centro (entre as ruas Leopoldo Machado e Jovino Dinoá) - CEP:68.900-115	39.376	19.688
AP	Macapá (Capital)	SMS - Capital	Avenida Henrique Galúcio, nº 1249 - Centro (entre as ruas Leopoldo Machado e Jovino Dinoá) - CEP:68.900-115	60.854	30.427
BA	Bahia (SES)	SES	Via Centro, 394, Conj. Habitacional Cia II. Simões Filho/BA - CEP: 43.700-000	1.529.416	764.708
BA	Salvador (Capital)	SMS - Capital	Consórcio CSL: Rodovia BR-324 Saída 619, Sentido Salvador, Bairro: Porto Seco Pirajá, Salvador - BA - CEP 41.290-000, – Galpões de 08 a 11	318.666	159.333
CE	Ceará (SES)	SES	Rua Frota Pessoa, 111, Bairro Antônio Bezerra, Almoarifado Central. Fortaleza - CE, CEP 60352-260	831.444	415.722
CE	Fortaleza (Capital)	SMS - Capital	Rua dos Encontros, 1800 b, Bairro Cajazeiras - Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza	320.441	160.221
DF	Distrito Federal (SES)	SES	Gerência de Almoarifado Central (GAC)- Parque de Apoio da Secretaria de Saúde, Setor de Grandes Áreas Públicas/SGAP, Lote 06, Bloco G - Setor de Indústria e Abastecimento/SIA, Área Especial - Guará, Brasília - DF, CEP: 71215-000.	372.440	186.220
ES	Espírito Santo (SES)	SES	ALMOXARIFADO DE SANTANA RUA JOSE SETE, S/Nº, TUCUM, CARIACICA. CEP 29154-200.	470.192	235.096
ES	Vitória (Capital)	SMS - Capital	Rua. João Palácios, 503 - Serra/ES CEP: 29092-105	42.673	21.337
GO	Goiás (SES)	SES	Coordenação de Administração de Estoques (Almoarifado), situado na Rua 26 nº 10 Jardim Santo Antônio, Goiânia – GO	735.754	367.877
GO	Goiânia (Capital)	SMS - Capital	Avenida Perimetral Norte Nº 2859 Condomínio Goyazém Vila João Vaz - Cep: 74.445.190, Galpão: 9 e 10	186.817	93.409
MA	Maranhão (SES)	SES	Almoarifado Central da Secretaria de Estado da Saúde: Av. dos Franceses, s/n, Vila Palmeira. CEP: 65036-283, São Luís/MA . Ponto de referência: ao lado do Hospital Genésio Rego	736.826	368.413

MA	São Luís (Capital)	SMS - Capital	Av. Engenheiro Emiliano Macieira BR 135 km 06 Galões 16,17,18. MARACANA - Galpões Franere CEP: 65095602.	135.362	67.681
MG	Minas Gerais (SES)	SES	Rua Simão Antônio nº 149, Galpão 04,Módulos 01 e 02, bairro: Cincão Contagem/MG CEP 32371610	2.358.438	1.179.219
MG	Belo Horizonte (Capital)	SMS - Capital	Almoxarifado Saúde, Rua Piraquara nº 325, Bairro Vila Oeste, CEP 30530-580 Belo Horizonte/MG	300.232	150.116
MS	Mato Grosso do Sul (SES)	SES	Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 2020 – Jardim Veraneio – CEP 79037-100, Campo Grande, Mato Grosso do Sul	243.797	121.899
MS	Campo Grande (Capital)	SMS - Capital	Rua Antonio Rufino de Souza nº 50, Jardim Paradiso, Campo Grande -MS, CEP: 79117-009	119.662	59.831
MT	Mato Grosso (SES)	SES	Manoel Henrique Pereira nº 114, Jardim Eldorado/Jardim dos Estados - Várzea Grande CEP: 78158-578 (em frente ao Hotel Trevo - 500 metros do Trevo do Iagarto)	397.901	198.951
MT	Cuiabá (Capital)	SMS - Capital	R. Gen. Anibal da Mata, 139 - Duque de Caxias, Cuiabá - MT, 78043-268	85.983	42.992
PA	Pará (SES)	SES	Almoxarifado SESP: Av. José Bonifácio, nº 1836, Guamá, CEP 66063-010, Belém-Pará	908.933	454.467
PA	Belém (Capital)	SMS - Capital	Travessa Timbo Nº 2305 entre avenida Duque de Caxias e Avenida Romulo Maiorana , Bairro do Marco, CEP 66095750	173.651	86.826
PB	Paraíba (SES)	SES	Rua Mata Atlântica lote 1R. Quadra 03, Nº 28, - PB, Cidade:Cabedelo - PB CEP: 58310-000 (Ponto de Referência - por trás de Ferreira Atacado próximo ao KM-10 BR 230)	405.986	202.993
PB	João Pessoa (Capital)	SMS - Capital	Avenida Julia Freire, Sn - Bairro;Torre João Pessoa -PB CEP 58.040-040	111.553	55.777
PE	Pernambuco (SES)	SES	Rodovia Empresário João Santos Filho, nº 732. Condomínio Industrial AJAM, bloco D, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes. Em frente ao galpão Walmart. CEP: 54.355-030	990.923	495.462
PE	Recife (Capital)	SMS - Capital	Avenida da Recuperação, Guabiraba, Recife, Pernambuco- CEP 52490570	197.395	98.698
PI	Piauí (SES)	SES	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio - Av. Pernambuco, 2464 – Bairro Primavera – CEP 64.003-500 Teresina/PI	308.060	154.030
PI	Teresina (Capital)	SMS - Capital	Núcleo do Almoxarifado Fundação Municipal de Saúde: Avenida Barão de Gurguéia nº1737, Bairro; Vermelha. Zona Sul. Teresina-PI - ao lado da loja Barão dos Acessórios	112.555	56.278
PR	Paraná (SES)	SES	Coordenação de Material e Patrimônio - Av Lothario Meissner, 102- Jardim Botânico – Curitiba- PR- CEO 80210-170	1.250.172	625.086
PR	Curitiba (Capital)	SMS - Capital	Avenida Prefeito Lothário Meissner, 350, Jardim Botânico - Curitiba - Paraná	227.522	113.761
RJ	Rio de Janeiro (SES)	SES	RJ. Rua Luiz Palmier 762 Barreto, Niterói, Rio de Janeiro, Brazil 24110-130. Tel. (21) 2628-7972	1.303.995	651.998
RJ	Rio de Janeiro (Capital)	SMS - Capital	Gerência de logística, Estrada dos Bandeirantes nº 1700, Bairro: Taquara	836.461	418.231
RN	Rio Grande do Norte (SES)	SES	Av. Capitão - Mor Gouveia, 880 - CEP: 59072-100 - Bairro Felipe Camarão, Natal - RN. (Almoxarifado Central)	331.936	165.968
RN	Natal (Capital)	SMS - Capital	R. Marcílio Dias, 1-275 - Igapó, Natal - RN, CEP: 59104-260	97.463	48.732

RO	Rondônia (SES)	SES	Almoxarifado e Patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - CAP/SESAU/RO: Rua Aparício de Moraes, 4348 - Galpão C - Bairro Industrial. Porto Velho RO	153.386	76.693
RO	Porto Velho (Capital)	SMS - Capital	Rua Monteiro Lobato, 5550, Eldorado, CEP: 76811-800	64.338	32.169
RR	Roraima (SES)	SES	RUA PADEIRO, Nº1442, BAIRRO BURITIS; CEP: 69309-195; BOA VISTA - RORAIMA -RR	31.478	15.739
RR	Boa Vista (Capital)	SMS - Capital	Avenida Ville Roy nº 6902 - São Vicente.	60.333	30.167
RS	Rio Grande do Sul (SES)	SES	Avenida Marechal Andrea, nº 351 - Bairro Boa Vista. Porto Alegre RS CEP 91340-400.	1.223.422	611.711
RS	Porto Alegre (Capital)	SMS - Capital	Rua João Paris, 292, Bairro Rubem Berta - Porto Alegre/RS. CEP: 91.160-440.	172.592	86.296
SC	Santa Catarina (SES)	SES	Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira 470 Distrito Industrial de São José Cep: 88.104-785	944.433	472.217
SC	Florianópolis (Capital)	SMS - Capital	Rua Firenze Business Park, 475, Bairro Pachecos - Palhoça – CEP: 88135-010- Ponto de Referência: em frente à Arena R1.	73.010	36.505
SE	Sergipe (SES)	SES	Av. Augusto Franco, Nº 3150, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE CEP 49097-607	207.352	103.676
SE	Aracaju (Capital)	SMS - Capital	Av. Augusto Franco, 2848 - Ponto Novo, Aracaju - SE, CEP 49097-671	78.409	39.205
SP	São Paulo (SES)	SES	Av. Dr. Arnaldo 351 5 188, 5º andar sala 513 – Cerqueira César 01246-000 – SÃO PAULO – SP	4.247.327	2.123.664
SP	São Paulo (capital)	SMS - Capital	CDMEC – Av Jaguaré, 818, Galpão 13 - Jaguaré - São Paulo	1.479.489	739.745
TO	Tocantins (SES)	SES	Almoxarifado Central Secretária de Saúde. Quadra 112 Sul Rua SR 03 Lotes 18-20. Plano Diretor Sul - CEP: 77020172. Palmas TO.	156.383	78.192
TO	Palmas (Capital)	SMS - Capital	Centro de Logística da SEMUS: Quadra 1.102 sul, rua n/s B, conjunto 02, lote 12 - Plano Diretor Sul - Palmas - TO - 77.024-003	40.824	20.412
<b>Total Geral</b>				26.522.900	13.261.450

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.

**APÊNDICE III**  
**MODELO PLANILHA DE CUSTOS**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO					
<b>Ao Ministério da Saúde</b> Coordenação-Geral de Material e Patrimônio – CGMAP/SAA/SE/MS Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Sala 317, Anexo, Ala A. Brasília/DF, CEP 70058- 900, Fone (61)3315-3562 e-mail: <a href="mailto:cgmap@saude.gov.br">cgmap@saude.gov.br</a>					
<b>Número do Pregão:</b>		<b>Modalidade:</b>			
Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.					
<b>EMPRESA CONTRATADA:</b>					
<b>Nome:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>Endereço:</b>					
<b>Bairro:</b>		<b>Telefone:</b>			
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>			
<b>OBJETO:</b>					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Impressão e distribuição de 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos e cinquenta) unidades da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa. No seguinte formato:  <b>CAPA:</b> Formato Aberto: 296 × 210 mm + cálculo de lombada Formato Fechado: 148 × 210 mm Cores: 4/4 Papel: Cartão Supremo 300 g/m2 Acabamento: BOPP FOSCO  <b>MIOLO:</b> Número de páginas: 128 Formato Aberto: 296 × 210 mm Formato Fechado: 148 × 210 mm Cores: 4/4 Papel: Offset 120g/m2  <b>ACABAMENTO:</b> Lombada quadrada com cola PUR  A Caderneta deverá possuir certificação florestal válida "FSC" ou "CERFLOR". Selo de certificação deverá ser aplicado no canto superior direito, do verso da contracapa	Unidade	13.261.450	R\$	R\$



Base de Cálculo do ICMS:	Valor do ICMS:	R\$
Base de Cálculo do ICMS Subst.:	Valor do ICMS Subst.:	R\$
DESPESAS ACESSÓRIAS		
Valor do Frete		R\$
Valor do Seguro		R\$
Outras Despesas Acessórias		R\$
Valor do IPI		R\$
Valor Aprox. Tributos		
Outros (se houver).		
Custo Total		R\$

Local e data

Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

## **APÊNDICE IV**

### **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

#### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente Instrumento de Medição de Resultado- IMR tem como objetivo definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da Empresa Contratada na execução da prestação de serviços continuados de impressão e distribuição de Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, a serem prestados ao Ministério da Saúde.

#### **2. OBJETIVO**

2.1. O presente Instrumento de Medição de Resultado- IMR tem como objetivo definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da Empresa Contratada na execução da prestação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, a serem prestados ao Ministério da Saúde.

#### **3. CRITÉRIOS**

3.1. A meta a ser atingida pelas empresas é de 100% de satisfação na prestação do serviço contratado, isto é, espera-se que a empresa receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados. Caso não seja atingido o nível de qualidade esperado o valor a ser pago à contratada será reduzido.

3.2. Registrar-se-ão os acontecimentos, no Processo de Fiscalização no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que serão utilizados como forma de mensuração dos resultados obtidos no fornecimento do serviço contratado.

3.3. A Contratada receberá documento contendo o resultado geral da avaliação do IMR e terá prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do recebimento do documento, para interpor pedido de reconsideração da avaliação técnica. A reconsideração será avaliada pela Fiscalização, por igual prazo.

3.4. Além dos requisitos acima, para referência, os serviços a serem executados seguirão as diretrizes do Termo de Referência.

3.5. Para fins de avaliação, o somatório dos pontos relativos às ocorrências/irregularidades serão pontuadas individualmente quando verificadas nas supervisões e controles, de acordo com as tabelas abaixo:

<b>Itens</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Pontuação</b>
1	Não fornecimento de material gráfico respeitando os critérios e especificações estabelecidos no Termo de Referência (ex.: prova de impressão, prova de máquina e caderneta impressa no tamanho, cor, gramatura, cola e número de páginas).	10
2	Não prestar o serviço de distribuição do material contratado no prazo, forma e/ou local estipulado no Termo de Referência e ou cronograma acordado.	10
3	Baixa qualidade da impressão (manchas ou falhas)	10
4	Montagem inadequada	10
5	Baixa qualidade no acabamento	10
6	Corte inadequado (qualidade do corte)	10
7	Alceamento inadequado	10
8	Existência de folhas amassadas, dobradas ou rasgadas	08
09	Ausência de Conteúdo (folha em branco)	10
10	Deixar de apresentar comprovação documental de distribuição do material (documentação de acompanhamento/ atendimento de Ordem de Serviço)	08

#### 4. MENSURAÇÃO

4.1. Todo procedimento executado em desacordo com as características dos serviços descritos neste Instrumento de Mediação de Resultado - IMR serão registrados e mensurados para fins de pagamento, conforme tabela abaixo:

<b>Pontuação</b>	<b>Correspondência</b>
8 a 20	Glosa de 0,5% sobre o valor da fatura por serviço
21 a 40	Glosa de 1,0% sobre o valor da fatura por serviço
41 a 50	Glosa de 1,5% sobre o valor da fatura por serviço
51 a 60	Glosa de 2,0% sobre o valor da fatura por serviço
61 a 70	Glosa de 2,5% sobre o valor da fatura por serviço
Acima de 70	Glosa de 3,0% sobre o valor da fatura por serviço

4.2. Caso se obtenha uma pontuação acima de 70, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis.

4.3. As glosas poderão cumular-se entre si, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento e no Termo de Referência.

4.4. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal com valor que esteja em conformidade com relatório encaminhado pela Fiscalização, com base nas Tabelas acima e efeitos remuneratórios deste IMR.

4.5.A reincidência poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades.

**APÊNDICE V**  
**MODELO PROPOSTA DE PREÇO**

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO					
<b>Ao Ministério da Saúde</b> Coordenação-Geral de Material e Patrimônio – CGMAP/SAA/SE/MS Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Sala 317, Anexo, Ala A. Brasília/DF, CEP 70058- 900, Fone (61)3315-3562 e-mail: <a href="mailto:cgmap@saude.gov.br">cgmap@saude.gov.br</a>					
<b>Número do Pregão:</b>		<b>Modalidade:</b>			
Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição d a Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.					
<b>EMPRESA CONTRATADA:</b>					
Nome:					
CNPJ:					
Endereço:					
Bairro:		Telefone:			
Cidade:	UF:	CEP:			
<b>OBJETO:</b>					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Impressão e distribuição de 13.261.450 (treze milhões, duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta) unidades da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa. No seguinte formato:  <b>CAPA:</b> Formato Aberto: 296 × 210 mm + cálculo de lombada Formato Fechado: 148 × 210 mm Cores: 4/4 Papel: Cartão Supremo 300 g/m2 Acabamento: BOPP FOSCO  <b>MIOLO:</b> Número de páginas: 128 Formato Aberto: 296 × 210 mm Formato Fechado: 148 × 210 mm Cores: 4/4 Papel: Offset 120g/m2  <b>ACABAMENTO:</b> Lombada quadrada com cola PUR  A Caderneta deverá possuir certificação florestal válida "FSC" ou "CERFLOR". Selo de certificação deverá ser aplicado no canto superior direito, do verso da contracapa	Unidade	13.261.450	R\$	R\$

**Valor Total da Proposta (R\$)=**

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

**Prazo de Validade da Proposta:**

**Local e data:**

---

Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**APÊNDICE VI**  
**MODELO ORDEM DE SERVIÇO**

MODELO ORDEM DE SERVIÇO			
Ordem de Serviço nº: _____		Data: _____	
Contrato nº: _____			
Endereço de Entrega Conforme Planilha de Distribuição em Anexo			
Localidade: _____			
_____			
_____			
Descrição Completa do Material Entregue: _____			
_____			
_____			
_____			
_____			
Descrição	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa			
TOTAL			
<p>Declaro para os devidos fins que recebi os materiais acima identificados, conforme quantitativos especificados nesta Ordem de Serviço e <b>Planilha de Distribuição em Anexo</b> sem avarias e/ou violações na data de _____ de 2026.</p> <p><b>Pessoa Responsável pelo Recebimento:</b></p> <p>_____</p> <p><b>Matrícula</b> (se houver): _____</p> <p><b>Assinatura:</b></p> <p>_____</p> <p style="text-align: center;"><b>Carimbo</b> (se houver): _____</p>			



## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

## Contrato - Prestação de serviços Caderneta da Pessoa Idosa 8/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	19/06/2026 15:40 (v 0.4)
Status	RASCUNHO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	282/2026	25000.214559/2025-11

## Processo Administrativo nº 25000.214559/2025-11

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 8/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A União, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado (a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.214559/2025-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

## 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

## 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA–VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xx(xx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA-OBRIGAÇÕES DO CONTRATANT**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído,

reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos,

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA-OBRIGAÇÕES PERTIN. LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA–GARANTIA EXECUÇ**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.2.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão



do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMEN**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSO**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SINVAL ALAN FERREIRA SILVA**  
Subsecretário de Assuntos Administrativos

## SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

# Ata de Registro de Preço - Caderneta da Pessoa Idosa 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	19/06/2026 15:46 (v 0.5)
Status	RASCUNHO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	282/2026	25000.214559/2025-11

.

### Ata de Registro de Preços nº 9/2026

O(A) [órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito (a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica , para REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2026, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 25000.214559/2025-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de serviços continuados de impressão e distribuição da Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, sob demanda, realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nas 26 (vinte e seis) Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e do Distrito Federal, bem como, em todas as Secretarias Municipais de Saúde das capitais, especificado no item 01 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS,ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Saúde.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGIS.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REG.**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADA**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE**

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia

X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)					ou validade

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SINVAL ALAN FERREIRA SILVA**  
 Subsecretário de Assuntos Administrativos